

## Ata da 1ª Reunião Extraordinária de 2023 do Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário - SIAUD-Jud

### 1. Identificação da reunião

Data da reunião	Horário				Local	Coordenadora da reunião
2/5/2023	Início:	14:02	Término:	14:35	Virtual. CiscoWebex	Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias (Secretária de Auditoria do Conselho Nacional de Justiça)

### 2. Informes gerais

A Presidente do Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário - SIAUD-Jud, Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias, abriu a reunião, cumprimentou os membros e se apresentou, destacando que é a primeira servidora do quadro do Conselho Nacional de Justiça a assumir o cargo de Secretária de Auditoria.

### 3. Apreciação dos itens pautados

Em seguida, deu-se início às tratativas dos itens da pauta, nos termos a seguir:

Tópico	Descrição Resumida
1	<p><b>Relatora: PRESIDENTE</b></p> <p><b>Assunto:</b> Aprovação do Plano de Trabalho da Ação Coordenada de Auditoria sobre a Política contra Assédio e Discriminação no Poder Judiciário.</p> <p><b>Sugestão de encaminhamento formulada pela Presidente:</b> “Após o envio da minuta do Plano, com abertura de prazo para sugestões e a realização de reunião prévia com membros interessados, foi retirada a obrigatoriedade de realização de grupo focal e alterada a data final para realização da auditoria para agosto de 2023, além de pequenas alterações propostas. Sugiro aprovação do documento”.</p> <p>Aberta a palavra aos membros, os seguintes membros se manifestaram:</p> <p>Érica Scozziero, dirigente de auditoria do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, questionou a possibilidade de agrupamento das questões no momento de elaboração do programa individual de auditoria em determinado órgão, caso sejam elaborados questionários, em substituição ao grupo focal. A dúvida advém da dificuldade de obter resposta a grande número de perguntas.</p> <p>Diante da dificuldade de conseguir respostas voluntárias, questiona se poderia “enxugar” as questões de auditoria, caso opte por submeter questionários aos servidores.</p> <p>A Presidente esclareceu que a retirada do grupo focal do planejamento não implicou em definição de metodologia substitutiva. A metodologia a ser aplicada, portanto, ficou a critério do Tribunal.</p>

	<p>Quanto a questão de diminuição ou substituição de questões, a Presidente informou que não é possível alterar as questões de auditoria.</p> <p>Esclareceu que, tendo em vista a necessidade de informar as respostas de todas as questões do plano ao CNJ, por formulário, eventual aglutinação de perguntas poderia comprometer o trabalho.</p> <p>Daniel Martins Ferreira, dirigente de auditoria do Conselho da Justiça Federal - CJF, questionou sobre a necessidade de que cada Seção Judiciária dos Tribunais Regionais Federais responda, de forma individualizada, o formulário para o CNJ.</p> <p>Argumentou que existem situações bem distintas entre as Seções Judiciárias, algumas gozando de ampla estrutura de auditoria e outras em situação mais precária.</p> <p>A Presidente sugeriu que a questão fosse tratada de forma individual. Esclareceu que, a princípio, as respostas ao formulário seriam encaminhadas por região.</p> <p>A Alessandra Falcão Gutierrez de Souza, dirigente de auditoria do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul – TRE-MS, questionou acerca de um pedido de alteração do plano, referente a parte final de um possível achado.</p> <p>A Presidente informou que, após aprovação, será feita uma revisão do texto e, caso exista algum equívoco, será corrigido.</p> <p>Carolina Feuerharmel Litvin, dirigente de auditoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – TRT4, perguntou se foi encaminhada nova versão do plano.</p> <p>A Presidente esclareceu que a nova versão foi encaminhada no grupo do Comitê no WhatsApp.</p> <p>Enfatizou que todas as sugestões de alteração foram acolhidas.</p> <p>Após as manifestações, a Presidente submeteu à votação a aprovação do Plano de Trabalho da Ação Coordenada de Auditoria sobre a Política contra Assédio e Discriminação no Poder Judiciário.</p> <p><b>Deliberação:</b> Aprovar, por unanimidade, o Plano de Trabalho da Ação Coordenada de Auditoria sobre a Política contra Assédio e Discriminação no Poder Judiciário.</p>
--	---

Tópico	Descrição Resumida
2	<p><b>Relator:</b> PRESIDENTE</p> <p><b>Assunto:</b> Adiamiento da realização pela Justiça Eleitoral da Ação Coordenada de Auditoria sobre a Política contra Assédio e Discriminação no Poder Judiciário.</p> <p>A Presidente informou que a Comissão Permanente de Auditoria decidiu que “as unidades de auditoria da Justiça Eleitoral que identificarem dificuldades operacionais para realizar a Ação Coordenada de Auditoria prevista para 2023 (Política contra Assédio e Discriminação) poderão adiá-la para o primeiro semestre de 2024”.</p> <p>Rilson Ramos Lima, dirigente de auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, perguntou se foi apreciada a questão anteriormente submetida à análise, referente à possibilidade da realização da auditoria sobre a Política contra Assédio e Discriminação</p>

	<p>no Poder Judiciário pelo TST, contemplando também o CSJT, em razão de especificidades de sua organização.</p> <p>A Presidente esclareceu que a questão será levada à Comissão Permanente de Auditoria, mediante a submissão da versão final do Plano de Trabalho, com esse esclarecimento.</p> <p>Explicou que a manifestação da Secretaria de Auditoria é favorável ao pleito e essa delimitação constará do Plano de Trabalho.</p>
--	---

Ao final, Alessandra perguntou se existem novidades no andamento, no âmbito da Comissão Permanente de Auditoria, do Manual de Auditoria do Poder Judiciário.

A Presidente esclareceu que o Conselheiro Mauro Pereira Martins, Presidente da Comissão Permanente de Auditoria, informou que será designada reunião para tratar do tema no final de maio, início de junho.

Renato Kuba pediu informações sobre sistema informatizado de auditoria implantado pelo CNJ, tendo em vista que a Corregedoria Nacional de Justiça recomendou a utilização de sistema informatizado.

A Presidente informou que está em andamento iniciativa para implantação do sistema informatizado da CGU.

A Presidente se comprometeu a se inteirar do assunto e dar continuidade às tratativas.

Rilson ressaltou que consta na programação do Fórum Permanente de Auditoria apresentação do sistema informatizado da CGU. Ressaltou a necessidade de urgência no tema.

Nabiha Monassa Abinader da Rocha reforçou as ponderações do Renato e Rilson.

A Presidente agradeceu aos membros e encerrou a reunião.

#### 4. Participantes

Participaram da 1ª Reunião Extraordinária de 2023 do Comitê do SIAUD-Jud os seguintes membros:

NOME	ÓRGÃO	MEMBRO TITULAR
Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias	CNJ	Sim
Ivo Mutzemberg	STJ	Sim
Érika Scozziero	TSE	Sim
Helenice Silva Perezino	STM	Não
Daniel Martins Ferreira	CJF	Sim
Luiz Cláudio Gonçalves	TST	Sim
Rilson Ramos de Lima	CSJT	Sim
Wolfgang Striebel	TRF4	Sim
Denise Hollanda Costa Lima	TRT1	Sim
Carolina Feuerharmel Litvin	TRT4	Sim
Alessandra Falcão G. de Souza	TRE-MS	Sim
Rejane Assis Lima da Fonseca	TRE-RO	Sim
Nabiha Monassa Abinader da Rocha	TJAM	Sim
Kelvem Márcio M. de Almeida	TJRR	Sim
Maurilho Cavalcanti Alves	TJPE	Sim
Sthefania Mendonça Rodrigues	TJRJ	Sim
Renato Yoshinobu Kuba	TJSP	Sim